

## RELAÇÕES ANAFÓRICAS PODEM SER EXPLICADAS ATRAVÉS DE PRINCÍPIOS PRAGMÁTICOS? UM ARGUMENTO CONTRA A TEORIA DE STEPHEN LEVINSON

MARCELO DE ARAUJO\*  
(UFRJ)

**ABSTRAT:** Abstrat: In this paper I present an argument against Levinson's thesis according to which anaphoric relations might be fully explained by means of pragmatic principles. The thrust of my argument consists in pointing out the fact that every conversational implicature is cancellable, a fact which, in my own view, is not properly taken into consideration in Levinson's pragmatic approach to anaphoric relations. I draw on Levinson's account of anaphoric relations in sentences containing a reflexive pronoun.

### L

Uma relação anafórica pode ser definida nos seguintes termos: uma expressão  $E_1$  mantém uma relação anafórica com uma outra expressão  $E_2$  quando a determinação da referência de  $E_1$  depende da determinação da referência de  $E_2$ .<sup>1</sup> De modo geral, relações anafóricas representam um problema importante tanto para lingüistas quanto para filósofos quando  $E_1$  ou  $E_2$  são um pronome, pois pode surgir, nesses casos, uma dificuldade sobre como interpretarmos corretamente o pronome em questão. O estabelecimento das regras por meio das quais determinamos se, entre duas expressões, vigora uma relação anafórica é uma questão extremamente relevante para qualquer teoria semântica da interpretação. Como se sabe, Noam Chomsky denomina "binding conditions" esse tipo de regra.<sup>2</sup> A despeito da influência da teoria de Chomsky, Stephen Levinson, em *Presumptive Meanings*, procura lidar com a questão das relações anafóricas através de uma nova abordagem. Sua teoria da interpretação não se baseia em princípios semânticos, mas em princípios de ordem pragmática. Como ele afirma: "*Despite the preoccupation with anaphora in the syntax and semantic journals,*

---

\* Doutor em Filosofia pela Universidade de Konstanz (Alemanha). Professor Adjunto na UFRJ e na UERJ.

<sup>1</sup> Cf. e. g.: Victoria A. Fromkin et alia, *Linguistics: An Introduction to Linguistic Theory*, Oxford, Blackwell, 2000, p. 360: "An anaphor is a word that depends on another element in the sentence for its interpretation."

<sup>2</sup> N. Chomsky, *Language and Problems of Knowledge*, Cambridge (Mass.), MIT Press, 1988, p. 52: "[Binding Theory] is concerned with connections among noun phrases that have to do with such semantic properties as dependence of reference, including the connection between a pronoun and its antecedent."

*there are good prima facie reasons to think that anaphora is primarily a pragmatic matter.”*<sup>3</sup>

O ponto central de seu argumento envolve uma retomada do conceito de “implicatura conversacional” (*conversational implicature*), inicialmente estabelecido por Paul Grice.<sup>4</sup> O que pretendo mostrar aqui é que a tentativa de Levinson, no sentido de reinterpretar as “binding conditions” de Chomsky em termos de princípios pragmáticos, não é satisfatória. Uma vez que toda implicatura conversacional é passível de cancelamento – *cancellable*, como afirma Grice<sup>5</sup> –, não podemos realmente determinar, através de princípios pragmáticos, se duas expressões mantêm entre si uma relação anafórica ou não. Com efeito, em uma sentença como S<sub>1</sub> “John hurt him” (trata-se de um exemplo de Levinson)<sup>6</sup> as expressões “John” e “him” não são co-referencias, i.e. elas não se referem à mesma pessoa. Contudo, não poderíamos excluir a possibilidade de “John” e “him” serem co-referenciais, se admitíssemos que a relação entre essas duas expressões pudesse ser estabelecida a partir de princípios pragmáticos.

## II.

Expressões anafóricas não possuem uma referência fixa. Com efeito, nesses casos, a determinação da referência de uma expressão depende da referência de uma outra expressão com a qual ela mantém uma relação anafórica. Levinson define o conceito de anáfora nos seguintes termos:

Anaphora is the phenomenon whereby one linguistic expression (*the anaphor*), lacking clear independent reference, can pick up reference or interpretation through connection to another linguistic expression (usually an *antecedent*).<sup>7</sup>

Uma importante tarefa de qualquer teoria semântica da interpretação consiste no estabelecimento de critérios para decidirmos se duas expressões mantêm entre si uma relação anafórica. Segundo Levinson, as “binding conditions” de Chomsky poderiam ser reinterpretadas em termos de princípios pragmáticos. Tais princípios pragmáticos poderiam ser estabelecidos a partir do exame de sentenças como S<sub>2</sub>:

“John came in. *He* sat down.”<sup>8</sup>

---

<sup>3</sup> S. Levinson, *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature*, Cambridge (Masst.), 2000, p. 267.

<sup>4</sup> *Ibid.* p. 12: “*Much of the argument of this book is developed under the assumption of what I shall call the Gricean umbrella, a general approach to the study of meaning and communication*”.

<sup>5</sup> P. Grice, “Further notes on logic and conversation”, in: *Studies in the Way of Words*, Cambridge (Masst.), Harvard University Press, 1989, p. 44-46.

<sup>6</sup> *Ibid.* p. 279.

<sup>7</sup> *Ibid.* p. 267.

<sup>8</sup> *Ibid.* p. 267; p. 272.

Tendemos, de modo geral, a interpretar as expressões “John” e “he” como sendo co-referenciais. Contudo, segundo Levinson, não seria por força de uma regra gramatical, mas, antes, por razões pragmáticas, que reconhecemos aqui uma relação anafórica. Tendo em vista a teoria da “implicatura conversacional” de Grice, Levinson denomina o princípio pragmático aqui em questão de *Principle of Informativeness (I-Principle)*.<sup>9</sup> Como se sabe, Grice introduziu o conceito de “implicatura conversacional” para explicar de modo adequado como, de fato, utilizamos a linguagem em situações ordinárias de fala. Se, por exemplo, um indivíduo A pergunta para um outro indivíduo B: “você tem fogo?” (S<sub>3</sub>), e B responde: “eu não fumo” (S<sub>4</sub>), então assumimos que B quer dizer que ele próprio, B, não tem fogo. Com outras palavras, a sentença S<sub>5</sub> “eu não tenho fogo” se segue como uma *implicatura* de S<sub>4</sub> – e não, evidentemente, como uma *implicação* lógica de S<sub>4</sub>. Com a sentença S<sub>4</sub> “eu não fumo” B, portanto, veicula uma informação – informação esta que *poderia* ser expressa através de S<sub>5</sub> “eu não tenho fogo” – que não se segue unicamente do significado de S<sub>4</sub>. Em contextos pragmáticos, no entanto, o proferimento de S<sub>5</sub> nem sempre é necessário. E isso é assim porque, segundo Grice, um princípio de cooperação racional subjaz à implicatura conversacional. Esse princípio pode ser formulado por meio de quatro máximas que devem ser respeitadas por dois ou mais interlocutores para conduzirem uma conversação de modo bem sucedido: (i) a máxima da qualidade; (ii) a máxima da relevância; (iii) a máxima da quantidade; e (iv) a máxima de modo.<sup>10</sup>

Levinson procura examinar o problema das relações anafóricas, sobretudo, por meio da “máxima da quantidade” (*maxim of quantity*), de Grice. Essa máxima determina duas coisas: (1) forme sua contribuição de modo tão informativo quanto seja necessário para os propósitos da conversação em curso. (2) Forme sua contribuição de tal modo que ela não seja mais informativa do que o necessário.<sup>11</sup> Isso sendo assim, retornemos agora à consideração de S<sub>2</sub> “John came in. He sat down.” Segundo Levinson, uma interpretação co-referencial de S<sub>2</sub> – isto é, uma interpretação em que “John” e “he” sejam considerados como mantendo entre si uma relação anafórica – nos dá mais informação sobre “John” do que uma interpretação não co-referencial. Um dos argumentos de Levinson em favor dessa tese tem como premissa a plausibilidade da tese de Karl Popper segundo a qual quanto mais quantificadores existenciais introduzirmos no universo do discurso, menos informativas serão as sentenças desse universo: Como Levinson afirma:

“Assuming coreference rather than introducing further entities into the domain of discourse will thus increase the informativeness of a statement – and hence, it may be argued, the preference for coreferential interpretations can be seen to be properly a part of the I-principle.”<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Ibid. p. 114.

<sup>10</sup> P. Grice, “Logic and Conversion”, in: op. cit, p. 26 ss.

<sup>11</sup> Ibid. p. 26: ‘(1) Make your contribution as informative as required (for the current purposes of the exchange). (2) Do not make your contribution more informative than is required.’

<sup>12</sup> Levinson, op. cit. p. 274. Cf. também p. 275:

“Popper independently offers another argument leading in the same direction. Existential statements are weak – they are not falsifiable by any single observation; consequently, the fewer the existential commitments, the stronger the ‘theory’ (read ‘assertion’ for our purposes).”

A tese de Levinson é que violaríamos a máxima da quantidade de Grice, se assumíssemos que, em  $S_2$ , as expressões “John” e “he” não são co-referenciais. Com efeito, teríamos de supor que existe uma outra entidade, diferente daquela designada por “John”, que seria designada por “he”. A violação da máxima da quantidade, dessa forma, representaria uma introdução de novas entidades no universo do discurso. A meu ver, no entanto, não é bem sucedida a tentativa de Levinson no sentido de explicar, a partir de princípios pragmáticos, o fenômeno da anáfora em alguns casos em que nos decidimos claramente quanto à possibilidade de uma interpretação co-referencial por meio de regras gramaticais. Isso ocorre, a meu ver, de modo paradigmático no caso de  $S_1$  “John hurt him”.

Uma importante característica das implicaturas conversacionais é que elas são sempre canceláveis. Isso significa que uma interpretação que vai além do sentido literal de uma determinada sentença pode sempre ser negada sem que, porém, incorramos em uma contradição. Isso fica claro a partir do exemplo mencionado anteriormente. Se B disser  $S_4$  “eu não fumo” e  $S_6$  “eu tenho fogo” (a negação, portanto, de  $S_5$ ), ele não estará incorrendo em uma contradição. Se a determinação de uma relação anafórica dependesse de critérios pragmáticos, então, em  $S_1$  “John hurt him”, não poderíamos excluir a possibilidade de uma interpretação co-referencial. Contudo, só poderia haver aqui uma relação anafórica, se, em  $S_1$ , o pronome reflexivo “himself” ocorresse no lugar de “him”, caso em que teríamos  $S_7$  “John hurt himself”. Assumimos, portanto, que “John” e “him” – em  $S_1$  – não são co-referenciais, não por força de um princípio pragmático, como o da máxima da quantidade, mas, antes, porque a “binding condition” B de Chomsky exclui tal possibilidade.

### III.

Levinson retoma de modo bastante sistemático uma diversidade de temas da pragmática de Grice e procura desenvolver uma teoria rigorosa acerca do modo como, efetivamente, compreendemos o significado de certas sentenças em contextos pragmáticos. Sua tentativa de explicar a questão da anáfora, em algumas passagens de sua obra seminal, *Presumptive Meanings*, é descrita de modo mais modesto, i.e. apenas em termos de uma “divisão do trabalho entre a gramática e a pragmática”. Nesse sentido, princípios pragmáticos seriam apresentados como uma “ferramenta a mais” (*additional tools*) no exame das relações anafóricas.<sup>13</sup> Por outro lado, em algumas das passagens mais relevantes, no contexto de seu exame de relações anafóricas, como procurei enfatizar, Levinson sustenta que a questão das relações anafóricas é “primordialmente” uma questão de ordem pragmática.<sup>14</sup> No entanto, como tentei demonstrar neste artigo, sua explicação das relações anafóricas, através de princípios pragmáticos, em sentenças contendo pronomes reflexivos, como ocorre em

---

<sup>13</sup> Ibid. p. 265-6. Cf. também p. 261.

<sup>14</sup> Cf. n. 3 acima. Cf. também p. 268:

“Another, more fundamental reason for thinking of anaphora primarily in pragmatic terms has to do with the essence of anaphoric expressions: they are semantically general, and require additional contextual resolution or inferential specification.”

S<sub>i</sub>, não é satisfatória. Nesses casos, a co-referencialidade se segue de princípios gramaticais, e não de princípios pragmáticos.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

CHOMSKY, Noam: *Language and Problems of Knowledge*, Cambridge (Massachusetts), MIT Press, 1988.

EGLI, Urs: “Anaphora from Athens to Amsterdam”, in *Reference and Anaphoric Relations*, (orgs.) K. Von Stechow e Urs Egli, Dordrecht, Kluwer, 2000.

VICTORIA, A. Fromkin, CURTISS, Susan, *et alia*: *Linguistics: An Introduction to Linguistic Theory*, Oxford, Blackwell, 2000.

GRICE, Paul: *Studies in the Way of Words*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 1989.

LEVINSON, Stephen: *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature*, Cambridge (Massachusetts), MIT Press, 2000.

RADFORD, A.: *Transformational Syntax: A Student's Guide to Chomsky's Extended Standard Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.